

DRIVE DOS

PODER 360 

BENEFÍCIOS SOCIAIS

UM RAIO-X
DAS TRANSFERÊNCIAS
DE RENDA NO BRASIL



“Welfare State”: R\$ 441 bilhões ao ano no Brasil

+ educação, saúde e Previdência, gasto chega a 22,8% do PIB

Despesas com assistência social triplicaram pós-pandemia

19 Estados e o Distrito Federal transferem renda

apuração e edição: **Rafael Barbosa**

© Poder360 - out.2025 - todos os direitos reservados

PODER 
DRIVE DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS

sumário

ASSISTENCIALISMO NA VEIA.....	3
O CUSTO DO “WELFARE STATE”	7
BOLSA FAMÍLIA.....	9
BPC	12
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	14
PÉ-DE-MEIA	16
ESTADOS E CIDADES.....	17
SAÚDE, EDUCAÇÃO E PREVIDÊNCIA.....	24
SEGURO-DESEMPREGO	26
ABONO SALARIAL.....	28
BOLSA FAMÍLIA X EMPREGO FORMAL.....	29
EFEITO NO MERCADO DE TRABALHO	34
CONCLUSÃO.....	36
EXPEDIENTE	38
GRUPO PODER360	38

Apresentação

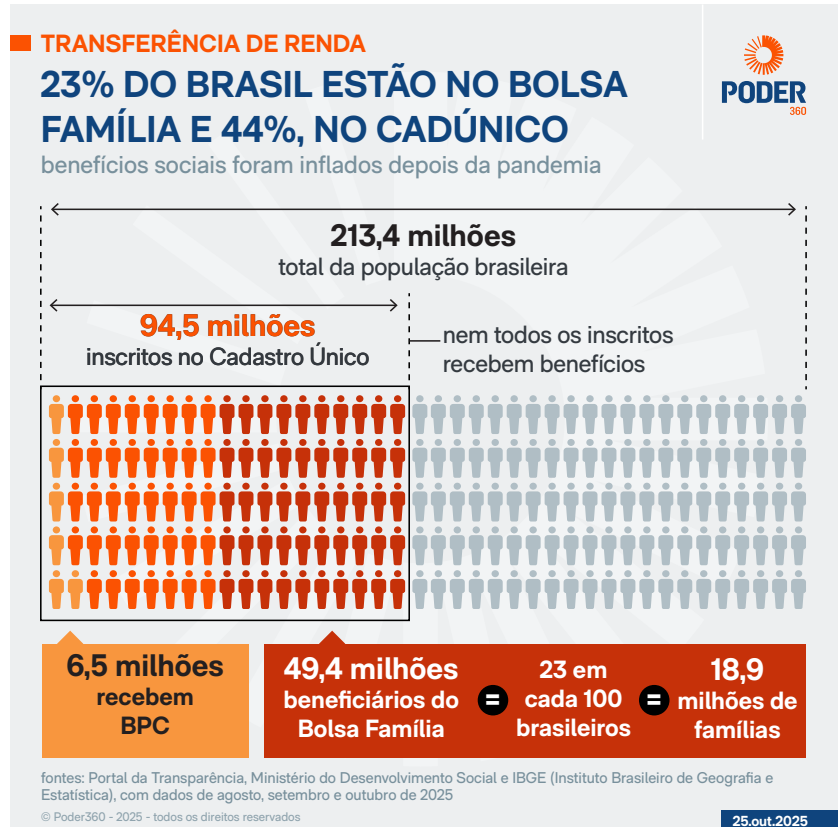
Assistencialismo na veia

O Brasil tem [213,4 milhões de habitantes](#). São beneficiados pelo [Bolsa Família](#) 49,4 milhões (23,1% do país). Todos os meses são feitos perto de 19 milhões de pagamentos, que atendem à mesma quantidade de núcleos familiares. Em outubro, o benefício médio foi de R\$ 683,42.

Antes da pandemia de covid, em dezembro de 2019, o benefício médio do Bolsa Família era de R\$ 191,77 e eram atendidas 40,8 milhões de pessoas (inseridas em 13,2 milhões de núcleos familiares).

No [Cadastro Único](#) há 94,5 milhões de pessoas inscritas. A base é usada para mapear as pessoas mais pobres do país. É uma porta de entrada para benefícios (federais, estaduais e municipais). Todas as famílias que recebem até [meio salário mínimo](#) per capita (R\$ 759 em outubro de 2025) podem se inscrever. Mas nem todas recebem dinheiro de algum programa social.

Há também muitos auxílios em Estados e cidades. Uma família de 5 pessoas que omite algum registro de renda (mesmo que de forma não proposital) pode chegar a receber R\$ 1.816 por mês em benefícios. Caso esconda vínculos familiares deliberadamente e faça uma engenharia mais complexa de fraude, esse valor pode chegar a R\$ 3.688 por mês.



Esse valor de R\$ 3.688 é 16% maior do que a [renda média de R\\$ 3.179](#) dos brasileiros empregados formalmente com Carteira de Trabalho assinada.

Este **Drive Extra** traz um panorama completo sobre a evolução do “welfare State”, o Estado de bem-estar social, no Brasil.

A contabilização dos gastos sociais no Brasil é muito difícil. Este **Drive Extra** faz o possível para buscar precisão nos dados, mas as cifras finais estão possivelmente subavaliadas.

O fato mais relevante nessas estatísticas é que os gastos com assistência social explodiram depois da pandemia. Aumentaram na casa dos 2 dígitos em 2022 e 2023. Agora, há sinais de freio, mas de forma muito tímida. É um desafio para qualquer governante impor travas para concessão de benefícios ou fazer cortes. Há um custo político alto.

Em 2025, devem ser gastos pelo menos

R\$ 441 bilhões com programas sociais e grandes iniciativas que promovem o bem-estar social. Essa cifra se refere a tudo que sai do governo federal, dos Estados e do Distrito Federal e das prefeituras.

É o maior valor nominal da história, tirando a crise sanitária da covid.

Somando também as despesas mais amplas, com serviços como saúde, educação e Previdência, o custo da rede de proteção do Brasil chega a **R\$ 2,7 trilhões**, segundo [estudo](#) do [Ipea](#).

Na esfera federal, em 2023, o presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#) (PT) criou uma série de pagamentos adicionais ao Bolsa Família –para crianças, adolescentes e grávidas. O programa ficou oficializado com valor mínimo de R\$ 600. Custa anualmente cerca de R\$ 160 bilhões. É a maior iniciativa social do país.

O que é “welfare State”

O Estado de bem-estar social é uma rede de proteção voltada à parcela mais pobre e vulnerável da população.

Alguns cidadãos podem depender sempre de auxílios (por serem deficientes ou por alguma condição física ou psicológica que os impeça de trabalhar). Para muitos outros, essa ajuda será temporária e servirá de alavanca para que, num momento seguinte, consigam ascender socialmente por meios próprios.

O “welfare State” pressupõe a existência de um Estado ativo, que corrija distorções e atue para organizar a economia e redistribuir renda.

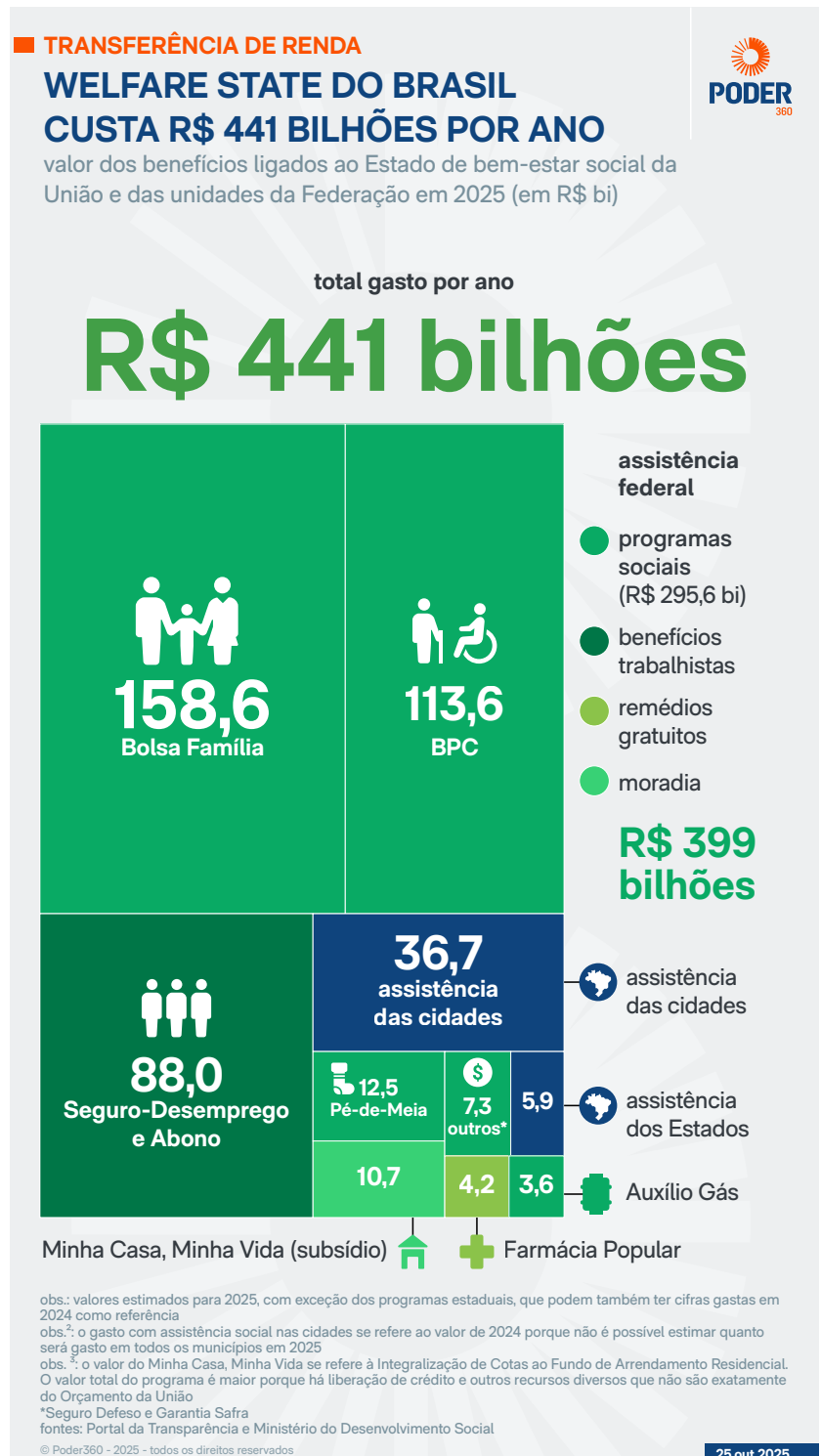
No início de 2024, o petista [lançou](#) também o [Pé-de-Meia](#). O programa visa a incentivar a permanência de estudantes no ensino médio. O governo dá uma bolsa mensal de R\$ 200 mais incentivos por matrícula e conclusão. Deixa a maior parte desse valor em uma poupança que pode ser sacada pelo aluno na formatura ou em períodos específicos. Os gastos gerais devem ser de R\$ 12,5 bilhões em 2025.

A iniciativa é uma das principais apostas do governo para a eleição de 2026, quando Lula deve tentar um novo mandato. Atinge em cheio o eleitorado mais jovem.

Para 2026, outra novidade será o **Gás do Povo**, uma reformulação do [Auxílio Gás](#). O programa distribuirá 1 botijão a cada 2 meses para 15,5 milhões de famílias pobres, podendo chegar a até 20 milhões no fim do ano. Custará R\$ 5,1 bilhões (valor que pode subir com reacomodações de outras áreas). Também faz parte do pacote do Planalto visando à reeleição de Lula. Contribuirá para inflar ainda mais o “welfare State” brasileiro.

A disputa eleitoral que o petista travou com [Jair Bolsonaro](#) (PL) em 2022 foi um marco para o avanço dos programas sociais no Brasil.

Ambos os candidatos se comprometeram a manter o Bolsa Família na casa dos R\$ 600 e indicaram um avanço nos gastos com outras iniciativas assistencialistas. Lula prometeu mais que o seu opositor de 2022.



Às vésperas daquela eleição, tudo piorou. Os mais variados auxílios foram liberados de forma descontrolada para que Bolsonaro tentasse se manter no poder. No fim, [ele perdeu](#), por uma diferença pequena: 49,10% a 50,90%.

Este **Drive** não contabiliza no cálculo do “welfare State” brasileiro a decisão do governo Lula de zerar o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 e dar um desconto maior para quem tem renda de até R\$ 7.350. Esse não é propriamente um programa social, embora vá beneficiar em 2026 cerca de [16 milhões pessoas assalariadas](#) que terão um dinheiro extra a receber seus salários.

Os Estados e o Distrito Federal têm ao menos 37 programas de transferência de renda amplos. Custam anualmente R\$ 5,9 bilhões. As iniciativas de assistência social bancadas pelas cidades brasileiras consomem outros R\$ 36,7 bilhões (segundo dados de 2024 do [Tesouro Nacional](#)).

O conteúdo deste **Drive** permite ao leitor entender o que se passou nos últimos anos e quais as consequências da expansão robusta dos programas sociais para as contas públicas e para a economia como um todo.

Esta edição traz, em **30 infográficos**, os efeitos **positivos** (o acolhimento que o Estado oferece aos mais pobres) e **negativos** (as distorções que alguns programas sociais causam por problemas de concepção e falta de controle).

É um **Drive** para ler e guardar. Boa leitura!



O custo do “welfare State”

Programas do governo federal

Os programas de transferência de renda do governo federal custarão **R\$ 398,5 bilhões** em 2025.

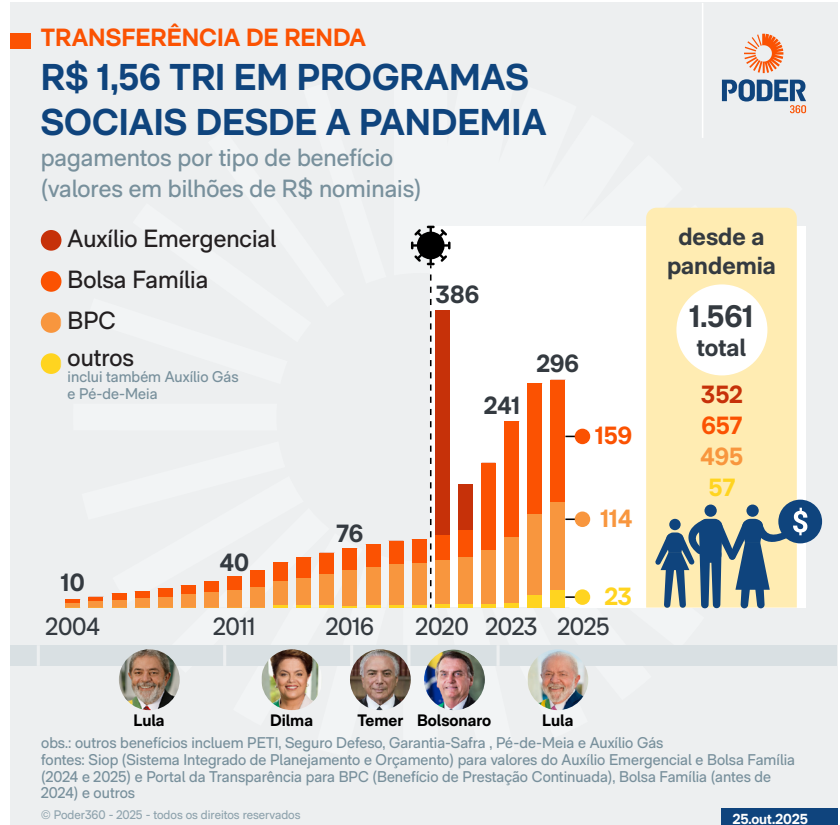
No “welfare State” brasileiro, **6 programas** ancoram a maior parte dos gastos: R\$ 296 bilhões são para bancar [Bolsa Família](#), [BPC](#), [Auxílio Gás](#) –rebatizado de Gás do Povo–, [Pé-de-Meia](#), [Seguro Defeso](#) e [Garantia Safra](#). Os números dos benefícios trabalhistas estão nas próximas páginas neste **Drive**.

As despesas com os programas sociais citados no parágrafo anterior subiram 1,7% neste ano na comparação com 2024, quando foram de R\$ 291 bilhões em valores nominais. Essa alta modesta parece indicar um freio depois de 3 anos consecutivos com altas percentuais de 2 dígitos nessas despesas.

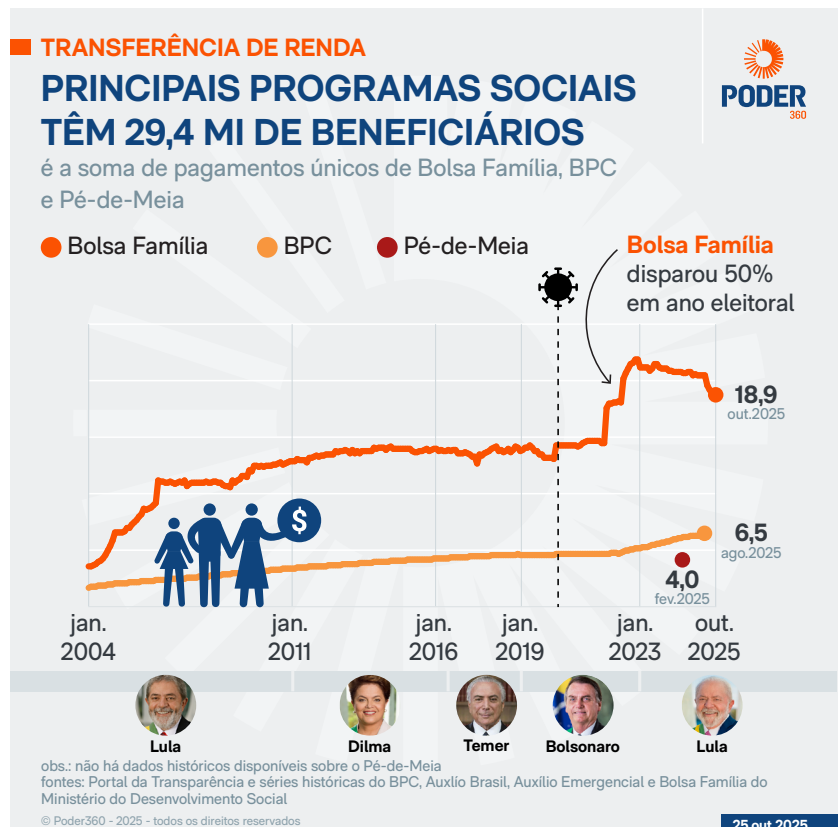
O [BPC](#) (Benefício de Prestação Continuada) e outras iniciativas mais nichadas (como o Seguro Defeso) seguem crescendo, mas o [Bolsa Família](#) passou por um pente-fino e diminuiu de tamanho. Isso deu um leve respiro ao Orçamento. Trata-se do maior programa social do país.

O custo do Brasil com a área social cresce pelo menos desde o início do século. Mas foi depois da pandemia que os gastos dispararam. De 2020 até o fim de 2025, o governo terá pago quase **R\$ 1,6 trilhão em benefícios**.

O Auxílio Emergencial, distribuído em 2020 e 2021 no auge da crise sanitária, foi o maior desses programas: custou R\$ 352 bilhões.



O Bolsa Família chega hoje a 18,9 milhões de famílias (leia nas próximas páginas). O BPC atende outros 6,5 milhões. E o Pé-de-Meia, mais 4 milhões.



Bolsa Família

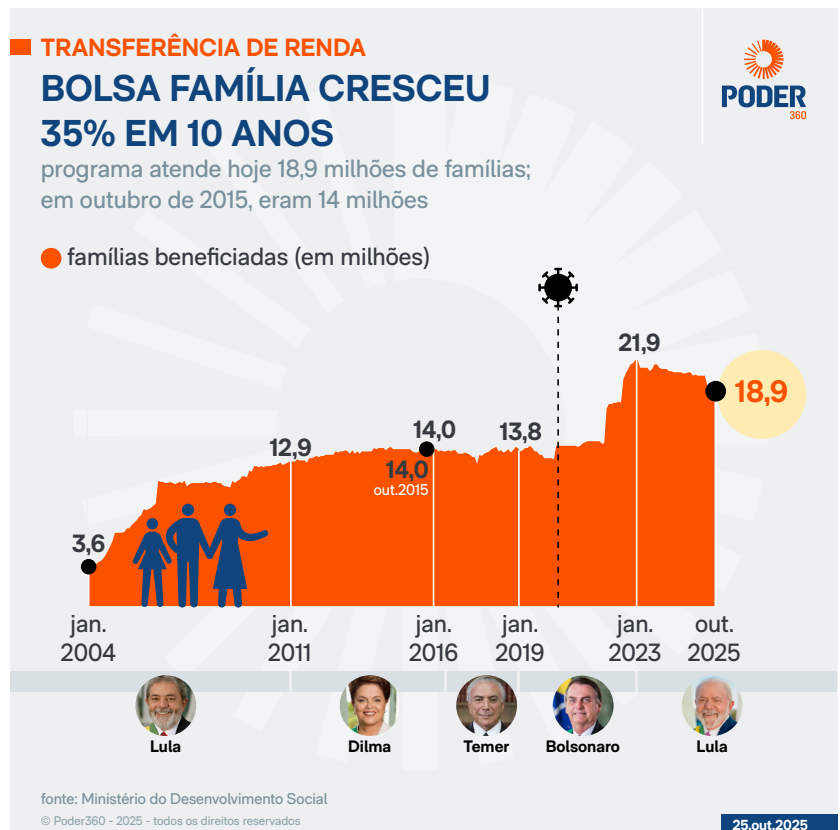
O maior programa do Brasil

O programa social beneficiava 18,9 milhões de famílias em outubro de 2025, os últimos dados disponíveis. Chegou a fazer 21,9 milhões de pagamentos no auge, em janeiro de 2023 –logo após [Luiz Inácio Lula da Silva](#) (PT) assumir seu 3º mandato.

Lula retirou do programa 2,7 milhões de famílias em cerca de 3 anos. Ocorre que as 18,9 milhões de famílias de hoje ainda são muito mais do que as 13,2 milhões de dezembro de 2019, no período pré-pandemia de covid. O Brasil ficou mais rico nos últimos anos (o PIB cresceu 13,9% de 2020 até 2025). Só que o número de beneficiários do Bolsa Família aumentou 44% depois da crise sanitária provocada pelo coronavírus.

Os 18,9 milhões de pagamentos feitos por mês beneficiam 49,4 milhões de pessoas (considerando todos do núcleo familiar).

O Bolsa Família foi inchado por [Jair Bolsonaro](#) (PL) em 2022, às vésperas da eleição. O ex-presidente contava com o avanço do programa social para aumentar sua popularidade e se manter no poder. Não deu certo, mas por pouco.



Os gastos com o Bolsa Família aumentaram de forma exponencial com o “boom” de beneficiários pós-pandemia e com o aumento do valor médio, da casa de R\$ 200 para mais de R\$ 600.

Em outubro de 2025, o programa teve custo mensal de **R\$ 12,9 bilhões** aos cofres públicos. Em janeiro de 2022, antes de ser inflado, o custo em 30 dias era de **R\$ 3,7 bilhões** –quase R\$ 10 bilhões a menos do que hoje.

O governo vem atuando para enxugar o programa. Intensificou um pente-fino e vem retirando beneficiários em situação irregular.

O gráfico mostra a queda.

O governo prefere dizer que as pessoas que foram expelidas melhoraram de vida e não precisam mais do programa. É uma explicação incompleta. Possivelmente, essas pessoas nunca precisaram do Bolsa Família e fraudavam o sistema. Só que não há informações públicas a respeito e não há como saber exatamente o que se passou.

Em 2024 inteiro, o Bolsa Família custou R\$ 168,2 bilhões aos cofres públicos. Para este ano, o valor reservado é menor: R\$ 158,6 bilhões. A cifra será a mesma em 2026.

Como em 2026 o Orçamento é igual ao de 2025, mas o número de pessoas foi reduzido, o governo Lula estuda conceder um aumento no estipêndio mensal pago a cada beneficiário do Bolsa Família. Será um item a mais para o presidente usar a seu favor na campanha pela reeleição.



Fraudes e fiscalização falha

O **Drive** e o **Poder360** mostraram em 2025 pelo menos 2 grandes indícios de fraudes no Bolsa Família:

- **Mais casas que beneficiários** – em [10 cidades brasileiras](#), havia em janeiro mais pessoas no Bolsa Família do que domicílios;
- **Omissão de cônjuge** – [cruzamento de dados](#) de março indicou que ao menos 1,4 milhão de famílias omitem o marido ou a mulher para receber o auxílio.

As informações disponíveis não permitem saber quantos desses cadastros fraudulentos foram excluídos. Mas a baixa de beneficiários no início do 2º semestre do ano indica que pelo menos uma parte do problema vem sendo combatida.

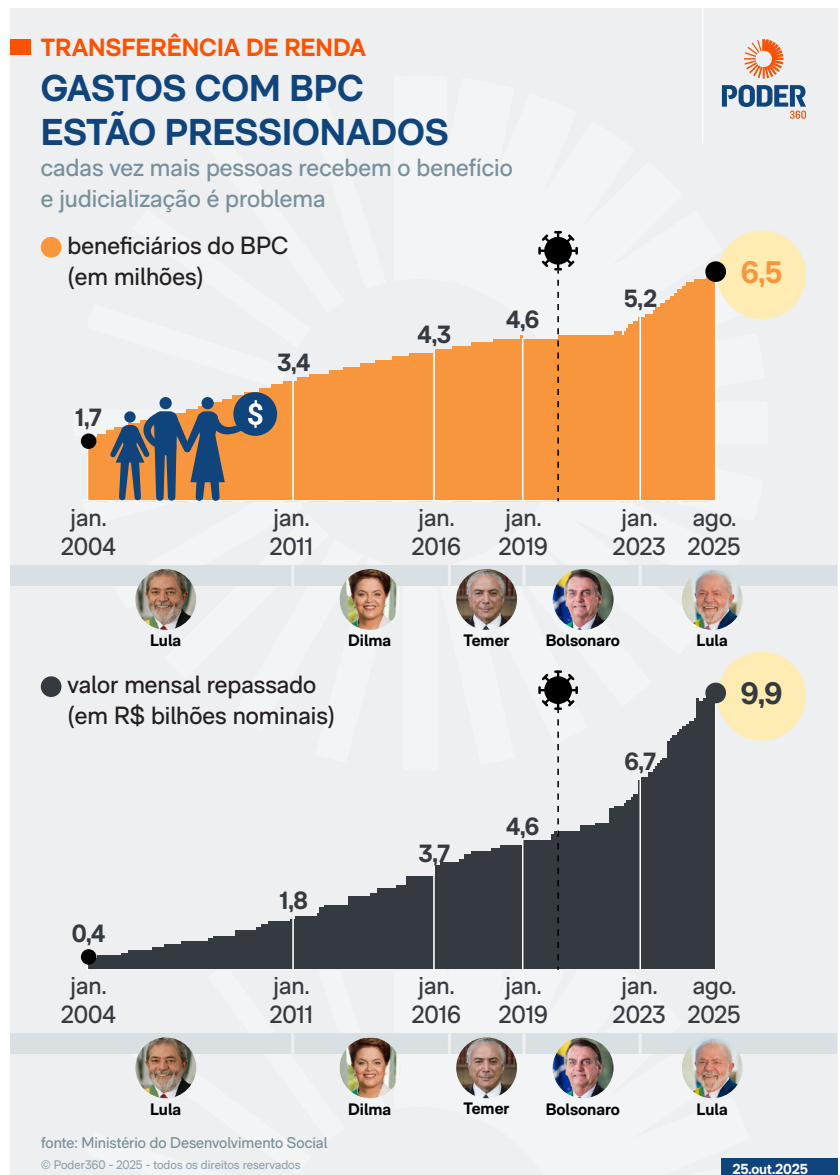
BPC

Governo sob pressão

O [Benefício de Prestação Continuada](#) é dado a idosos e pessoas com deficiência que são integrantes de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1/4 salário mínimo (R\$ 380 em 2025).

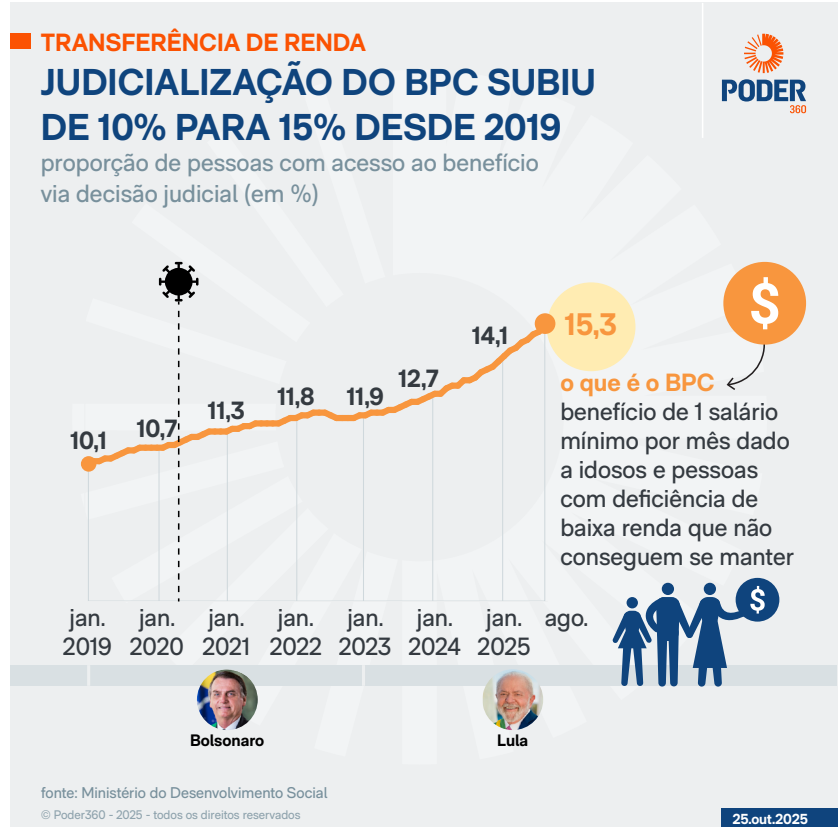
Em agosto, 6,5 milhões recebiam o benefício. O número de pessoas assistidas cresceu 27,1% desde a posse de Lula e pressiona o Orçamento federal. Cada inscrito ganha R\$ 1.518 por mês (1 salário mínimo).

Essa elevação do nº de beneficiados com o BPC é, em geral, atribuída pela equipe econômica de [Lula](#) a mudanças nas regras introduzidas durante a gestão de [Jair Bolsonaro](#). Os aliados do ex-presidente rebatem dizendo que o PT comanda o governo há quase 3 anos e poderia ter alterado essas regras.



Em agosto de 2025, os últimos dados disponíveis, foram gastos **R\$ 9,9 bilhões** no mês com o BPC. Em janeiro de 2023, o valor empenhado havia sido de R\$ 6,7 bilhões (nominal). Houve uma alta de 47,1% no período.

Dos 6,5 milhões que recebiam o BPC em agosto, 993,8 mil (15,3%) conseguiram o benefício depois de decisão judicial. Desde 2023, o governo [gastou mais de R\\$ 30 bilhões](#) com esses casos. A equipe econômica tenta frear as concessões dessa natureza.



Assistência social

Mais que triplica pós-pandemia

Os gastos nominais do governo federal descritos como “assistência social” pularam de R\$ 92,8 bilhões em 2019 para R\$ 285,8 bilhões em 2025. A alta foi de 207,9%. A inflação no período foi de 39,9%. Em 2026, os gastos devem chegar a R\$ 292,2 bilhões, alta nominal de 2,2% ante o ano anterior. Indica um freio depois de anos de altas de 2 dígitos.

Os valores do quadro são menores que os indicados no infográfico apresentado antes (sobre programas de transferência de renda) porque o Executivo não conta o [Pé-de-Meia](#) e os benefícios trabalhistas (Abono Salarial e Seguro-Desemprego) como gasto de assistência social.

Há também nas cifras de assistência social iniciativas menores e mais centradas, como programas de proteção ao idoso e à criança e campanhas de combate ao assédio sexual.



No infográfico, os gastos com assistência social corrigidos pela inflação.



Pé-de-Meia

Novo grande programa

As parcelas mensais de R\$ 200 e o bônus de R\$ 1.000 quando se passa de ano beneficiam 4 milhões de alunos do ensino médio público. Podem receber o [Pé-de-Meia](#) estudantes inscritos no [CadÚnico](#) de famílias cuja renda seja de até meio salário mínimo por pessoa.

O programa deve custar R\$ 12,5 bilhões em 2025. Em 2024, foram pagos R\$ 9,2 bilhões aos beneficiários, segundo o [Portal da Transparência](#).



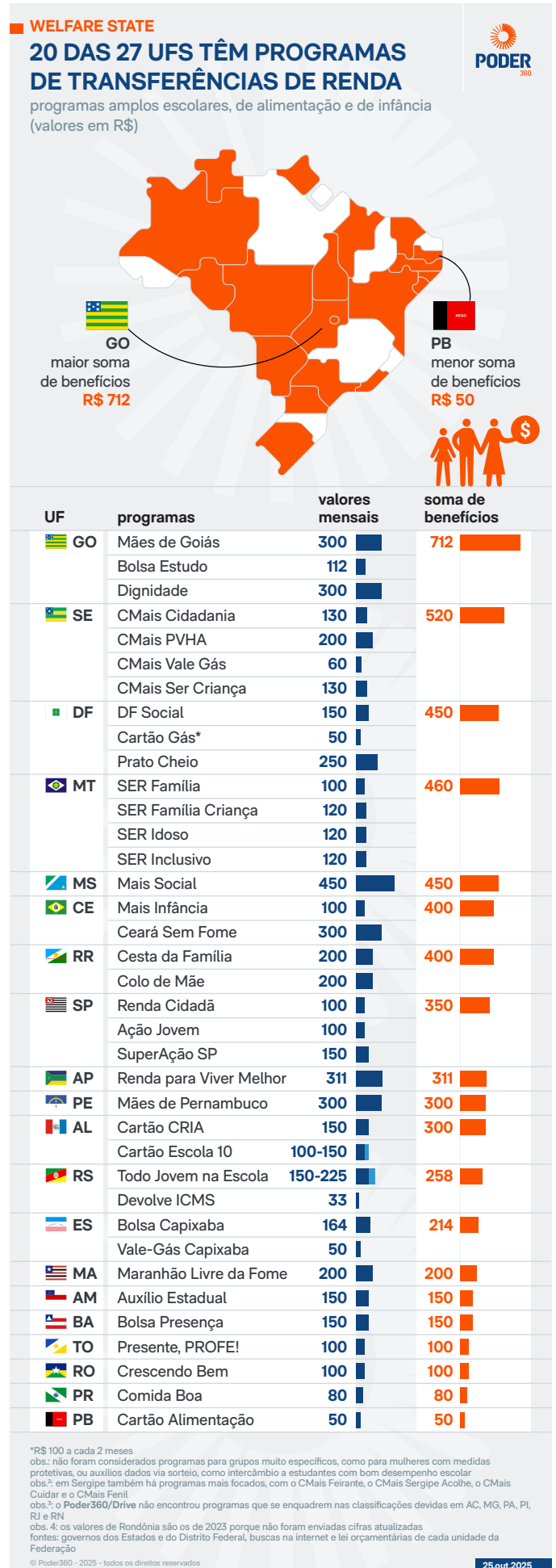


Estados e cidades

Maioria oferece “bolsas”

Há algum tipo de auxílio para pobres em 19 Estados e no Distrito Federal. Não há um local unificado com dados de todos esses benefícios. O **Drive** contou ao menos 37 programas sociais. Envolvem iniciativas de combate à fome, incentivo à permanência escolar e ajuda a idosos, por exemplo.

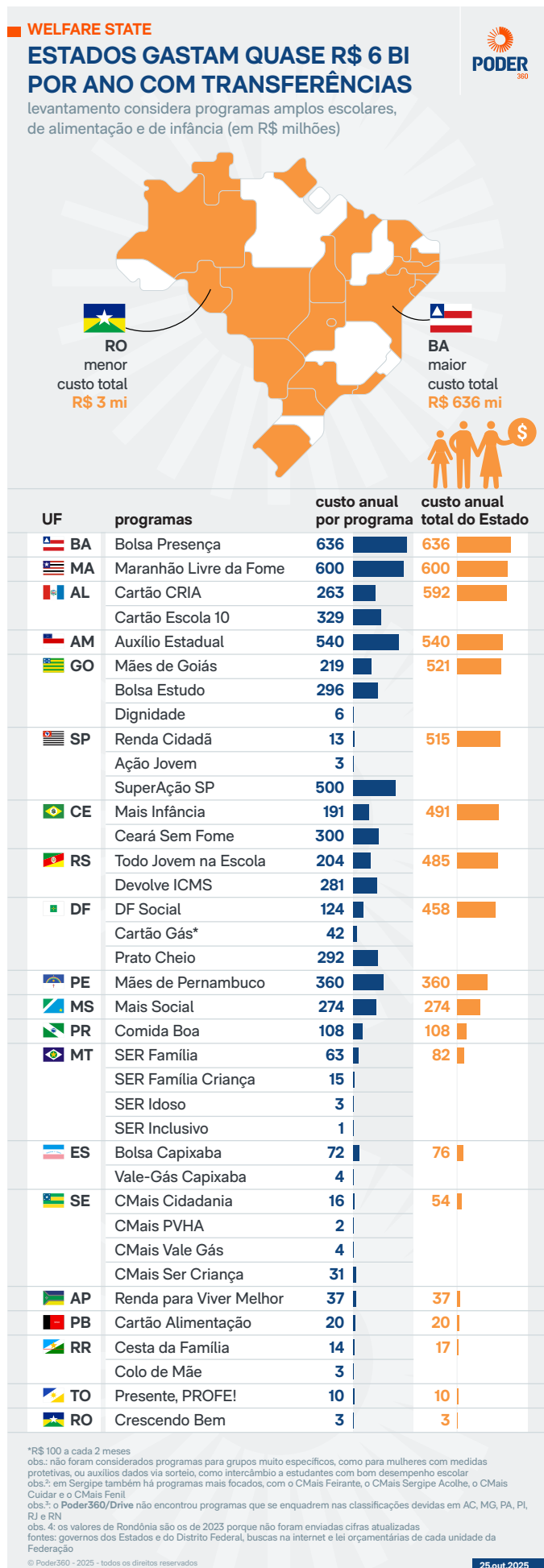
A soma desses programas chega a R\$ 400 por mês ou passa desse valor em 7 Estados, como mostra o infográfico a seguir. Em Goiás, chega a R\$ 712:



Custo total: R\$ 6 bilhões

Os programas sociais administrados pelos Estados custam anualmente perto de R\$ 6 bilhões. As unidades da Federação que mais gastam com essas iniciativas são: Bahia (R\$ 636 milhões), Maranhão (R\$ 600 milhões) e Alagoas (R\$ 592 milhões).

Muitos programas são reformulados de tempos em tempos e outros são criados todos os anos. Um dos mais recentes anúncios foi o do “Maranhão Livre da Fome”, [lançado](#) em fevereiro de 2025. Custará cerca de R\$ 600 milhões anualmente, segundo o governo local.

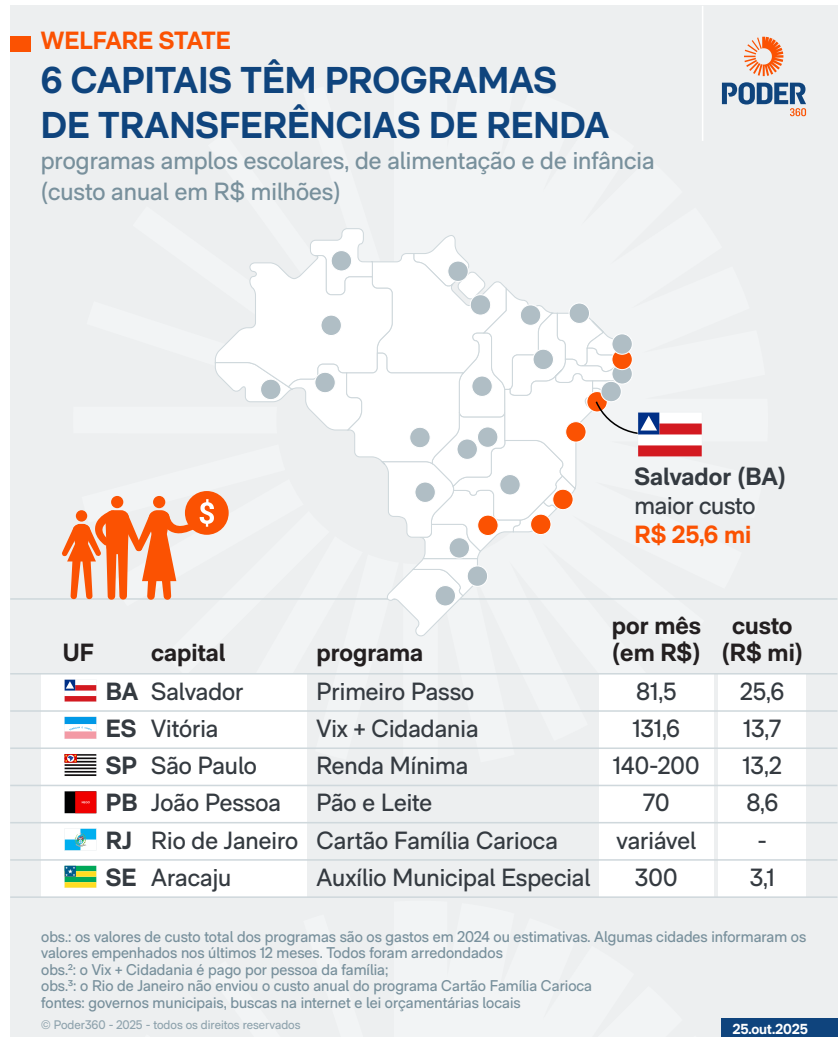


Transferência nas capitais

Ao menos 6 capitais têm programas de transferência de renda. Custam anualmente R\$ 64,2 milhões.

O gasto total de cidades com programas sociais é muito difícil de ser detalhado um a um. Há casos mais conhecidos, como Campinas (SP) com o [Renda Campinas](#), ao custo anual de R\$ 50,1 milhões. Ou Niterói, que tem a [Moeda Social Arariboia](#), que consome sozinha R\$ 260 milhões por ano.

Não é possível precisar os custos com programas de transferência de renda em todas as 5.569 cidades. Mas o “boom” de gastos com assistência social dá uma ideia de como se deu essa expansão de auxílios em geral depois da pandemia.



Gastos com assistência social

As cidades gastaram um recorde de R\$ 36,7 bilhões em assistência social em 2024.

Os dados são do [Siconfi](#) (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), só que não há detalhes de como esse dinheiro é empregado.

O fato é que os R\$ 36,7 bilhões gastos em 2024 equivalem a uma alta de 94% sobre 2019, antes da pandemia. A inflação no período foi de 35%.

As cifras contemplam programas de transferência de renda locais e outras iniciativas, como campanhas de proteção ao idoso, à criança e à mulher. O dinheiro nos municípios também é usado para manter unidades do Cras (Centro de Referência de Assistência Social).

Há uma clara tendência de alta nos gastos com a área social nas cidades. Esse movimento ficou bem claro no pós-pandemia. Não há sinais de freio, pelo menos por enquanto.



Até R\$ 3.688 em auxílios

Existe fraude “light”...

Uma família de 5 pessoas pode chegar a receber até R\$ 1.816 por mês se esconder algum registro de renda e acumular benefícios do governo federal e do Estado onde mora. Essa conta considera a soma dos programas federais [Bolsa Família](#), o [Pé-de-Meia](#) e o [Auxílio Gás](#) com as iniciativas estaduais [Mães de Goiás](#) e [Dignidade](#), de Goiás.

Os Estados dizem cruzar os dados para evitar acúmulo de benefícios de forma indevida. Só que há falhas em muitos cadastros e algumas famílias conseguem receber muitos auxílios cumulativos dessa forma.

O Cadastro Único [passou](#)

por uma atualização em março de 2025. O objetivo, segundo o governo, foi deixar o sistema mais moderno e eficiente para localizar e combater fraudes. A base de dados é utilizada pelos governos federal, estadual e municipal.

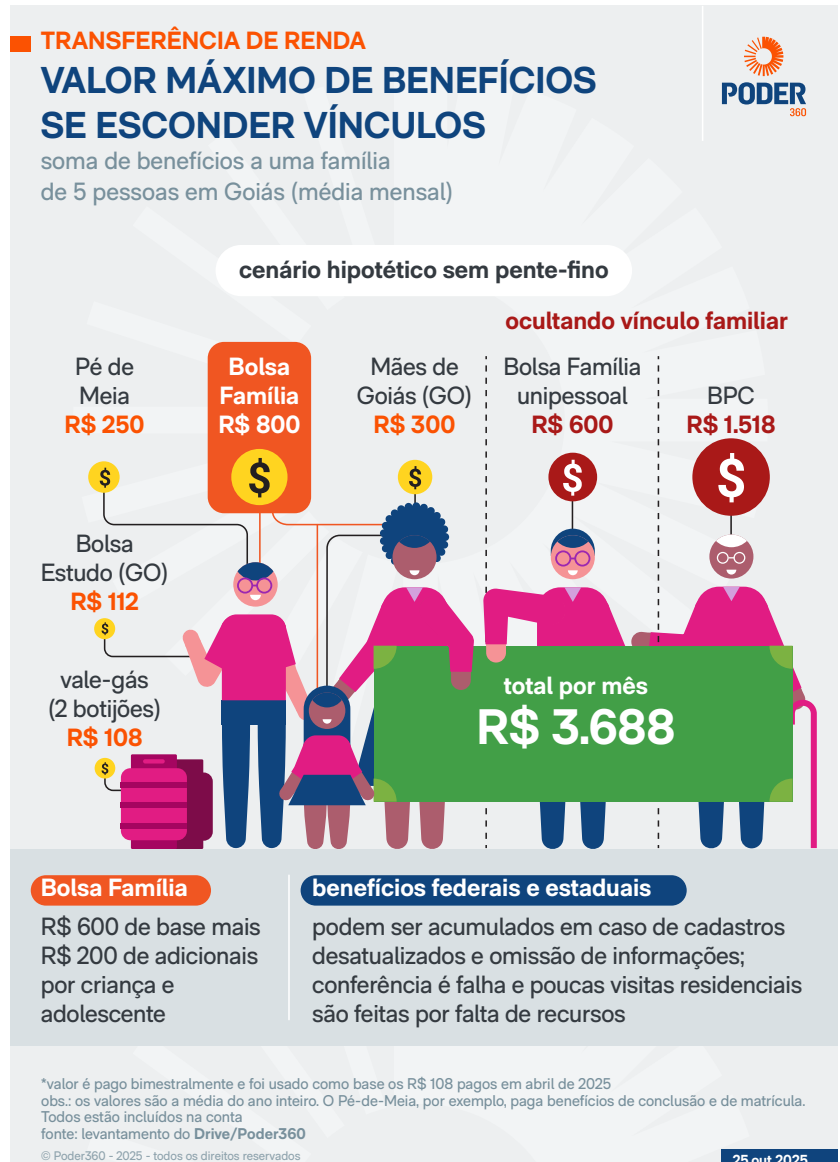


...e também fraude “hardcore”

Caso uma família decida também por esconder vínculos familiares deliberadamente, a soma de benefícios pode render a esse núcleo até **R\$ 3.688**.

Numa simulação hipotética, mas perfeitamente exequível no mundo real, o cenário poderia ser assim: a avó ou uma pessoa idosa recebe o BPC no valor de 1 salário mínimo (R\$ 1.518), o pai ganha [Bolsa Família](#) como unipessoal (sem revelar ser casado) e a mãe e os filhos acumulam o restante dos auxílios. Total: **R\$ 3.688**.

O quadro detalha como esse dinheiro é pago:

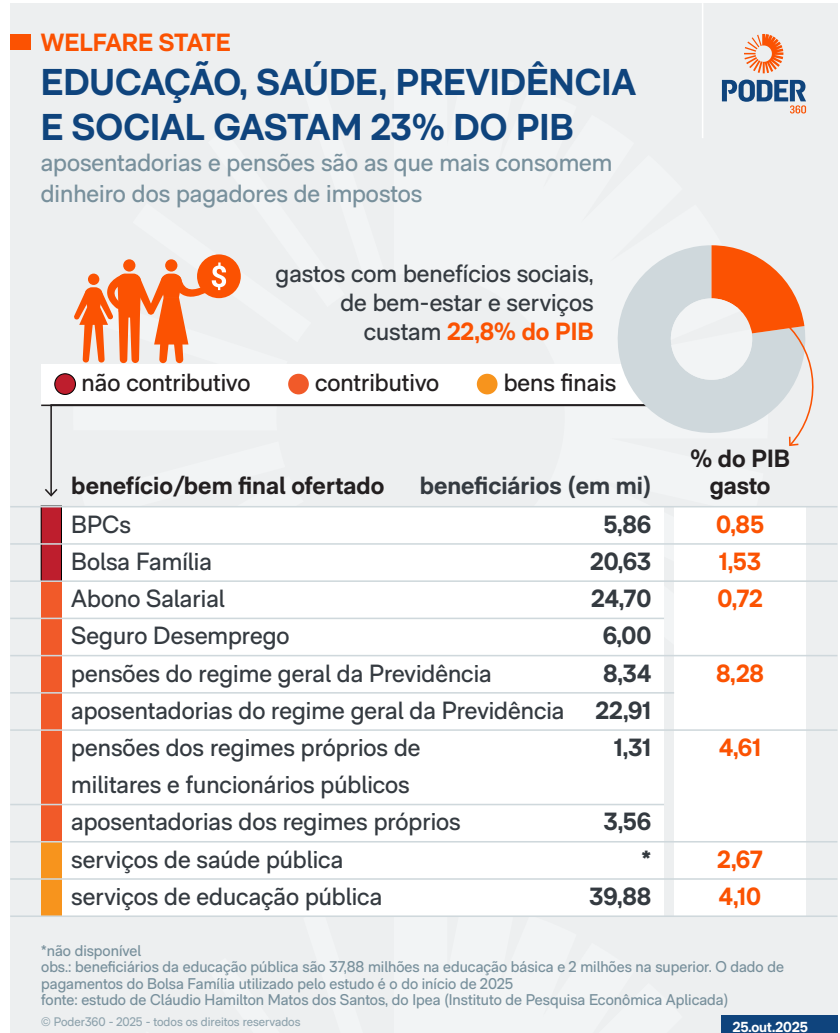


Saúde, educação e Previdência

Somados com social, gastos vão a R\$ 2,7 tri

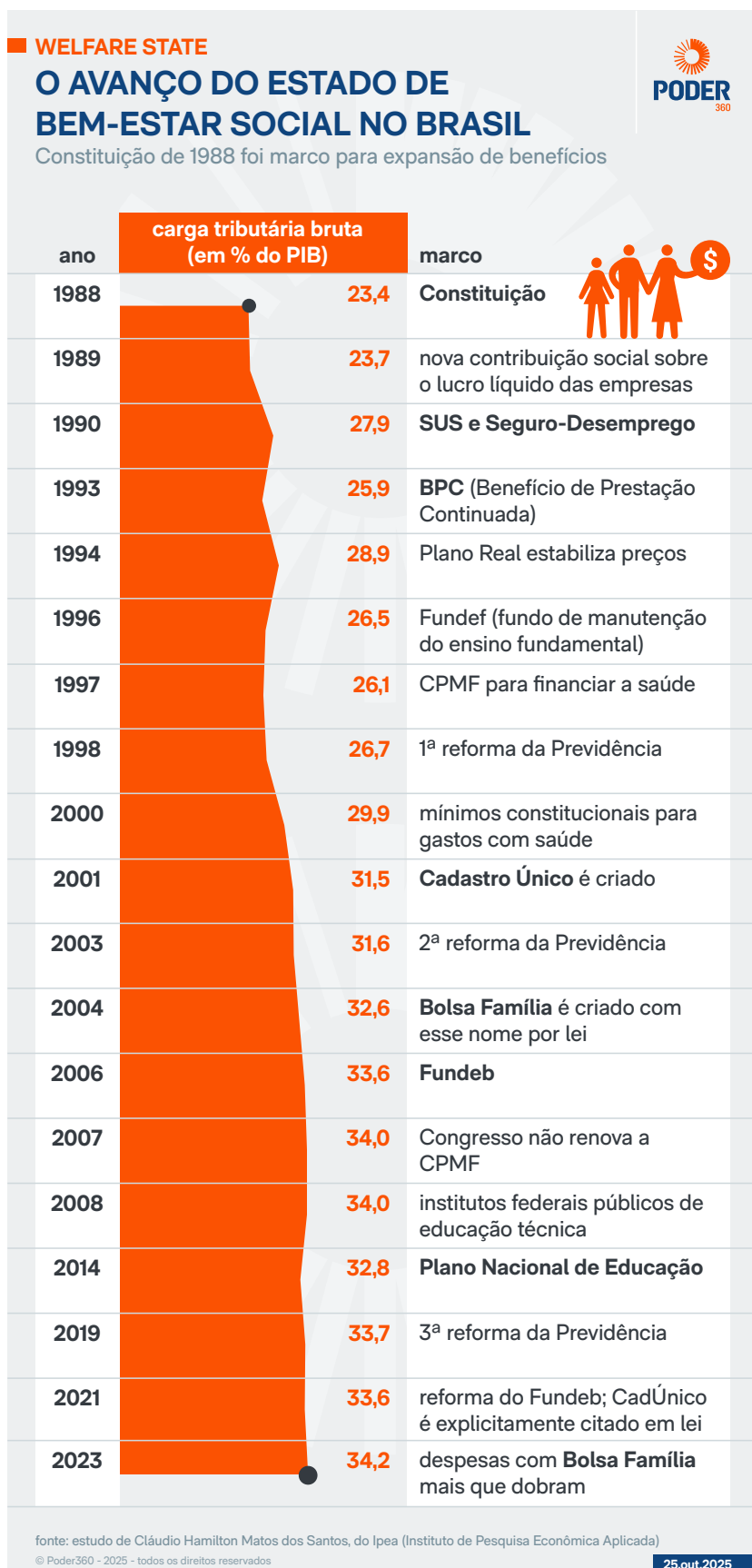
Quando se consideram também os gastos com saúde, educação, pensões e aposentadorias, a rede de proteção social do Brasil chega a custar **R\$ 2,7 trilhões**, o equivalente a 22,8% do PIB.

O dado é de estudo de [Cláudio Hamilton Matos dos Santos](#), coordenador de Acompanhamento e Estudos da Conjuntura do [Ipea](#) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ligado ao Ministério do Planejamento). Leia a [íntegra](#).



Como as despesas sociais crescem muito rapidamente, os gastos sob os quais o governo tem controle, os discricionários, vão diminuindo.

A carga tributária cresceu exponencialmente depois da Constituição de 1988, acompanhando a necessidade de dispor de mais dinheiro dos pagadores de impostos para bancar os programas sociais e outras iniciativas da rede de proteção.





Seguro-Desemprego

Benefícios voltam a subir

Nos últimos 12 meses finalizados em agosto de 2025, o Seguro-Desemprego custou R\$ 48,4 bilhões aos pagadores de impostos.

Esse gasto vem em trajetória de alta. Aumentou 23% desde janeiro de 2022, considerando os valores corrigidos pela inflação. Por mês, os pagamentos consomem perto de R\$ 4 bilhões.



Desemprego baixo não ajuda

A taxa de desemprego no Brasil tem ficado há meses em um dos menores patamares históricos. O **IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indica desocupação na casa dos 6% desde o fim de 2024, com alguns leves repiques.

Com o mercado de trabalho aquecido, aumentam também as trocas de empregos. Esse fator é um dos que mais pressiona os gastos com o Seguro-Desemprego. A alta na massa salarial também puxa para cima os custos do programa.

As parcelas e os valores recebidos por trabalhador demitido sem justa causa variam de acordo com o tempo de trabalho e com os rendimentos recebidos no período. O piso é um salário mínimo (R\$ 1.518 em 2025). O teto é R\$ 2.424,11 por mês.



Abono Salarial

Despesa cresce 29% com Lula

O [benefício](#) de até 1 salário mínimo dado aos trabalhadores mais pobres com carteira assinada deve custar R\$ 30,9 bilhões em 2025. Em 2022, no último ano de [Jair Bolsonaro](#), esse valor havia sido de R\$ 24,0 bilhões.

Os recursos com o Abono Salarial vêm do [FAT](#) (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que fica sob gestão do Ministério do Trabalho. O pagamento é feito pela [Caixa Econômica Federal](#).

Podem ser beneficiados os trabalhadores que tenham recebido uma média mensal de até 2 salários mínimos durante o ano base. Também é necessário estar cadastrado no [PIS/Pasep](#) há pelo menos 5 anos.

O abono é corrigido anualmente, quando o salário mínimo sobe.



Bolsa Família X emprego formal

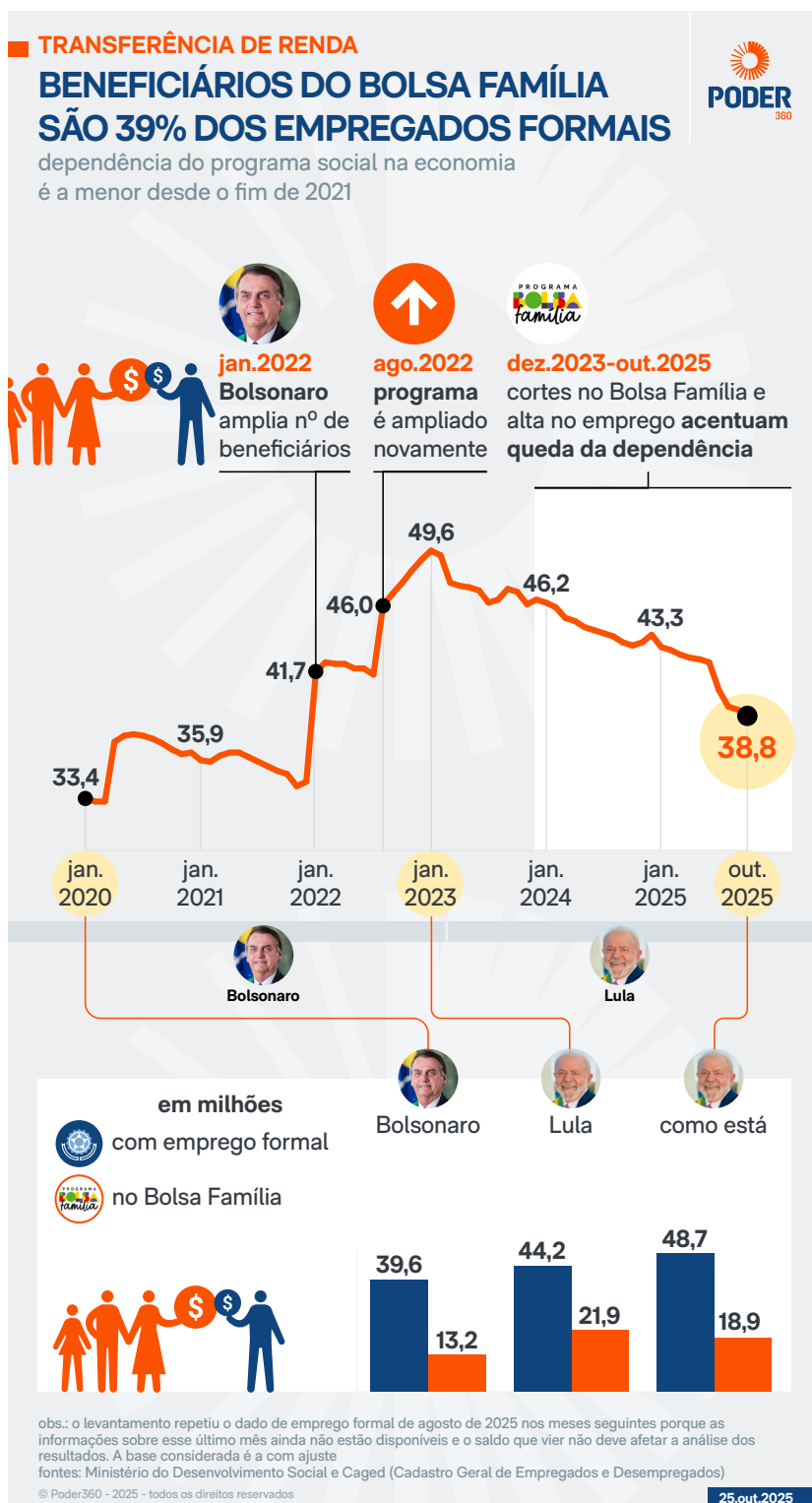
Cai a dependência do programa na economia

Havia 39 pessoas no Bolsa Família para cada 100 pessoas com carteira assinada no Brasil em outubro de 2025. Essa proporção é a menor desde dezembro de 2021.

Isso ocorre porque muitos empregos formais vêm sendo criados ao mesmo tempo em que o programa social passa por um pente-fino e está diminuindo.

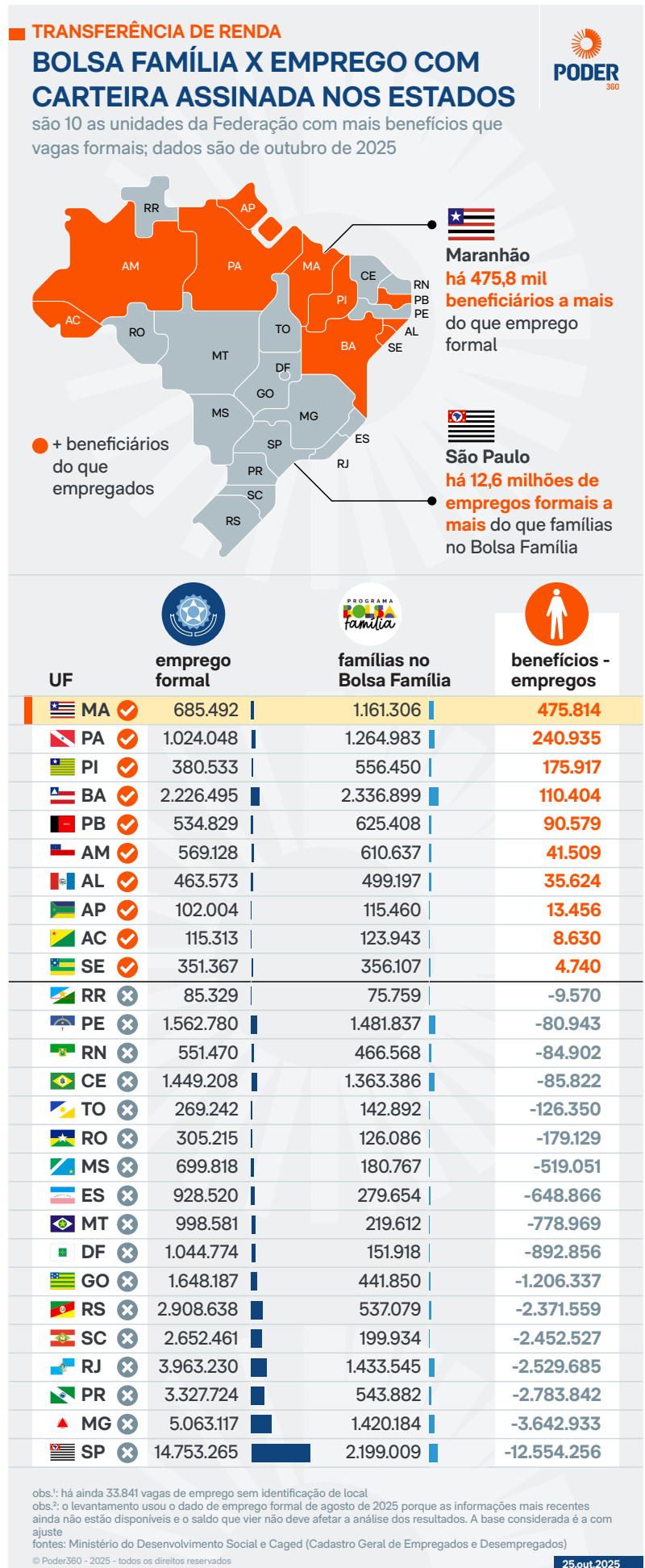
Em janeiro de 2023, eram 50 pessoas no Bolsa Família para cada 100 com carteira assinada. Foi a maior proporção da história. Esse número caiu gradualmente depois disso.

Os dados do infográfico mostram que a dependência do programa social na economia está ficando cada vez menor –embora ainda seja bem mais alta do que no período pré-pandemia.



10 Estados: + Bolsa Família que emprego

Mesmo com a queda da dependência do programa social na economia, ainda há 10 Estados em que há mais pessoas no Bolsa Família do que em empregos com Carteira de Trabalho assinada. Todos ficam no Nordeste ou no Norte.



Em outubro de 2024, eram 12 Estados com mais Bolsa Família do que emprego formal. Agora, são 10. Pode-se usar o neologismo “despiorar” para descrever o que se passou. O fato é que uma parte grande do Brasil ainda vive pendurada no Bolsa Família.

As vagas com carteira assinada subiram mais que os beneficiários do Bolsa Família em todas as unidades da Federação. Parte disso se deve ao corte feito pelo governo no programa social a partir de julho.



Milhões na regra de proteção

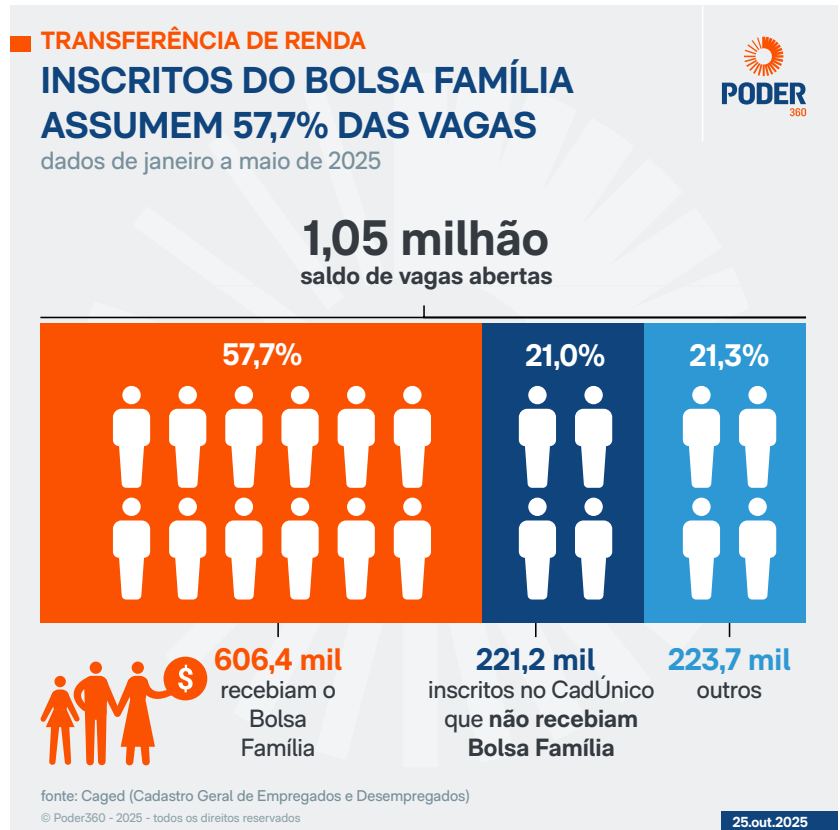
Das 18,9 milhões de famílias no [Bolsa Família](#) em outubro, 2,6 milhões conseguiram emprego formal e estavam recebendo 50% do valor do benefício. Essa iniciativa foi criada em 2023 para incentivar a saída do programa.

[Funciona assim](#): se uma família ascender de condição social e passar a ter renda de até R\$ 706 por pessoa, poderá receber metade do valor do benefício por até 1 ano.



Beneficiários: 58% das vagas formais

Das 1,05 milhão de vagas com Carteira de Trabalho assinada abertas de janeiro a maio, 606,4 mil foram de pessoas beneficiárias do Bolsa Família. O dado desse cruzamento específico tem o atraso de alguns meses, mas dá para ter uma noção de como se desenha essa tendência.



Efeito no mercado de trabalho

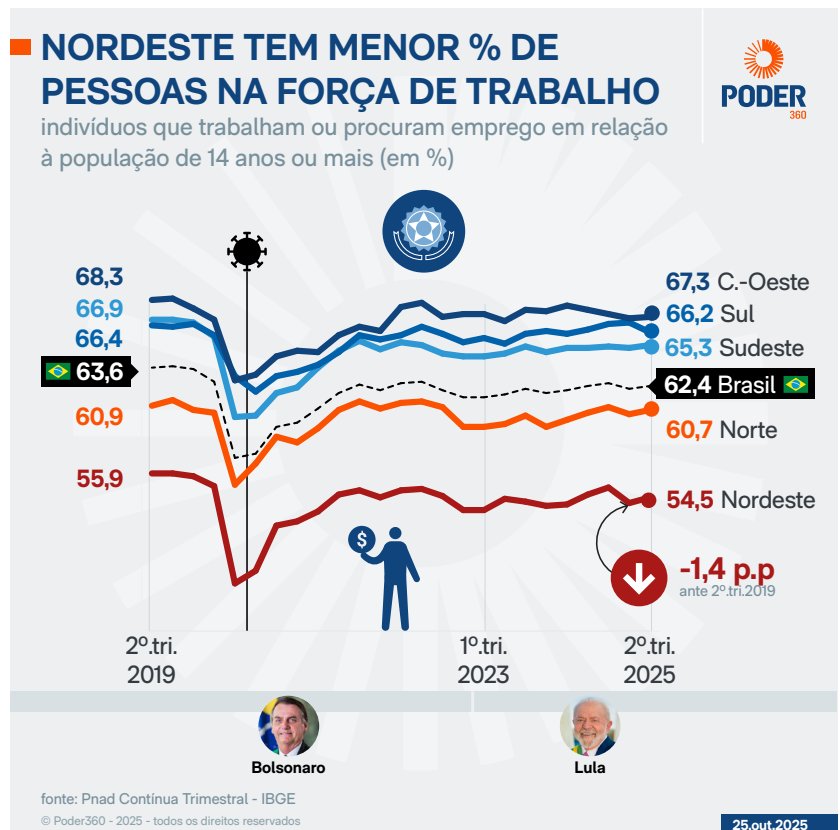
Impacto do benefício

O aumento do [Bolsa Família](#) depois da pandemia pode ter levado uma parcela da população desocupada a parar de procurar emprego.

O percentual de pessoas que trabalham ou buscam emprego recuou. Antes da pandemia, 63,2% estavam empregados ou tentando ser contratados dentro da população em idade ativa. Agora, são 62,4%.



Segundo o IBGE, 54,5% dos nordestinos a partir de 14 anos trabalham ou estão procurando emprego. Houve um recuo de 1,4 ponto percentual em 5 anos –eram 55,9% no 2º trimestre de 2019. É a menor taxa entre todas as regiões.



Beneficiários deixam mercado

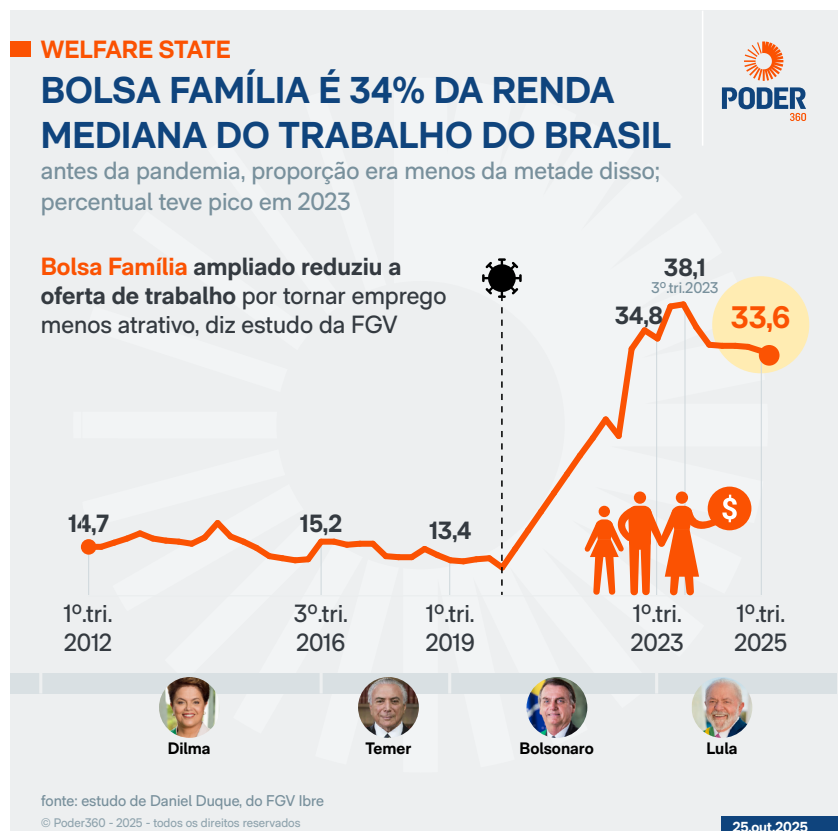
Um [estudo](#) de agosto de 2025 do pesquisador [Daniel Duque](#), do [FGV Ibre](#), mostrou que, para cada duas famílias que recebem o Bolsa Família, uma sai da força de trabalho.

Essa relação se deu com o aumento do valor do benefício para a casa dos R\$ 600 a partir de 2022. Antes, pesquisas não haviam conseguido constatar impacto negativo significativo do auxílio no mercado formal.

O benefício médio do Bolsa Família corresponde a cerca de 35% da renda mediana do trabalho no Brasil, segundo o estudo. Em 2019, essa taxa era de 13,4%.

A saída para equilibrar a oferta do benefício com o mercado de trabalho, diz o pesquisador, seria **não aumentar** o valor do auxílio nos próximos anos. “O Bolsa Família não é reajustado há 2, 3 anos, enquanto o salário aumenta acima da inflação todo ano. Então, começa a ficar muito caro não trabalhar”, afirma Duque.

Do lado positivo para os empregados, há um aumento acelerado nos salários oferecidos: “Dado que os trabalhadores estão menos disponíveis para trabalhar, isso gera uma pressão salarial sobre os setores em que eles encontrariam empregos. Então, o que o Bolsa Família está fazendo, junto com o BPC, por exemplo, é aumentar os salários de base, reduzindo a concentração de renda salarial”, diz o pesquisador.



Conclusão

Gasto precisa ser eficiente

Os benefícios sociais já foram incorporados à realidade brasileira. Até pensadores mais liberais, como [Milton Friedman](#) (1912-2006), [acham](#) que parte da sociedade precisa de ajuda do Estado para se manter e o governo tem de auxiliar com essa assistência. O problema é quando essas políticas saem de controle.

A pandemia em conjunto com políticas adotadas de maneira irrefletida foram responsáveis por muitas distorções observadas até agora. Tome-se o caso do teletrabalho, mais conhecido pelo termo em inglês *home office*. Depois do fim da crise sanitária causada pelo coronavírus, muitas empresas tiveram dificuldade para trazer de volta seus profissionais para o trabalho presencial. No serviço público, há repartições federais que até hoje têm mais de 50% dos funcionários trabalhando de casa.

O Bolsa Família pulando de menos de R\$ 200 por mês (pré-pandemia) para mais de R\$ 600 (na pandemia e no pós-pandemia) é uma espécie de “*home office do benefício social*”. Depois da crise sanitária, o dinheiro continuou a cair na conta todo mês dos brasileiros pobres porque nenhum político teve coragem de cortar.

Os gastos do Brasil com o social triplicaram em 6 anos, depois da pandemia. Muito desse avanço se deu de forma destrambelhada. O processo para arrumar tudo que foi feito de errado vem de forma muito lenta.

Em 2022, o [Bolsa Família](#) cresceu 49%. O [BPC](#) subiu 8% e intensificou uma trajetória de alta que se mantém até agora. A judicialização do programa se tornou um problema real. Explodiram de vez os gastos com assistência social. Houve um efeito cascata nas esferas federal, estadual e municipal.

O problema social tornou-se também fiscal. O Orçamento está cada vez mais pressionado. Não sobra dinheiro para ajudar o país a se desenvolver.

É verdade que foram registrados avanços significativos com essas iniciativas assistencialistas nos últimos anos. A [pobreza caiu](#). A chamada [insegurança alimentar recuou](#). O número de pessoas ocupadas [bate consecutivos recordes](#).

Ocorre que muitas dessas conquistas poderiam ter sido alcançadas de forma mais eficiente: com modernização de cadastros, melhor monitoramento das famílias que recebem dinheiro dos pagadores de impostos e assistências mais centralizadas para alguns grupos.

As mudanças que vêm sendo feitas são positivas. A [Regra de Proteção do Bolsa Família](#), instituída em 2023, e a modernização do [CadÚnico](#), a partir de 2025, ajudam o governo a fazer um pente-fino e a corrigir muitos dos erros que vinham sendo negligenciados.

“É melhor uma ação suave de política pública. [...] Se você der um salto maior do que as pernas, é ruim. Não é aconselhado. É melhor que essas iniciativas tenham ganhos paulatinos ao longo do tempo”, diz [Marcelo Neri](#), diretor da [FGV Social](#), ex-presidente do [Ipea](#) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e ex-ministro de Assuntos Estratégicos (2013-2015) de [Dilma Rousseff](#) (PT).

Ano que vem, em 2026, há eleição. É altamente improvável que sejam acelerados os cortes nos benefícios sociais mal distribuídos. A tendência de prevalecer o populismo é grande. A conta vai ficar mesmo para 2027, quando a realidade se impuser, as contas públicas estiverem ainda mais deterioradas e ficar quase obrigatório para o novo governo ter uma atitude mais austera.

Expediente

DIREÇÃO GERAL
DIRETOR DE REDAÇÃO
FERNANDO RODRIGUES

DIRETORES
MARIÂNGELA GALLUCCI E
JOÃO GALLUCCI RODRIGUES

DIRETOR DE INOVAÇÃO
MIGUEL GALLUCCI RODRIGUES

CHIEF OPERATIONS OFFICER
GUILHERME ALPENDRE

REDAÇÃO
CHEFE DE REDAÇÃO
BRUNNO KONO

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
HANNA YAHYA

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
ADJUNTA
SABRINA FREIRE

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO
ASSISTENTE
CONRADO CORSALETTE

EDITORES SENIORES
ERIC NAPOLI, GUILHERME WALTEMBERG,
MARIANA HAUBERT, PAULO SILVA PINTO E
RAFAEL BARBOSA

EDITORES
GUILHERME PAVARIN, JOÃO VITOR CASTRO,
JONATHAN KARTER, MATHEUS COLLAÇO,
MARINA FERRAZ E THAÍS FERRAZ

EDITORES-ASSISTENTES
ALINE MARCOLINO, ISADORA ALBERNAZ,
LARISSA OLIVEIRA E LUCAS FANTINATTI

INFOGRAFIA
MARIO KANNO, BEATRIZ CASTILHO, LUIZ
MENDES E THIERRY VALOIS

GRUPO PODER360



o jornal digital sobre o
poder líder entre veículos
nativos na internet



a mais bem-informada
newsletter sobre o poder
(para assinantes)



a mais moderna empresa
de pesquisas de opinião
pública do Brasil



seminários, lives, eventos
para debates temas de
relevância nacional



programas sobre o
poder em áudio para
ouvir em qualquer lugar



a mensagem da sua
empresa, no padrão do
jornalismo do Poder360

Poder360 – www.poder360.com.br
jornal digital

aperfeiçoar a democracia ao apurar a verdade dos fatos para informar e inspirar

fale com o Poder e com o Drive:

Redação: redacao@poder360.com.br

Comercial: depto.comercial@poder360.com.br

 **Drive Premium** é um produto jornalístico só para assinantes. A newsletter é enviada de 2ª à 6ª feira (exceto feriados). Há 3 edições por dia: às 6h, no início da tarde e no início da noite. Na 6ª feira, também é enviado o **Drive Indicadores**: uma seleção dos resultados da economia e outros indicadores relevantes da semana. E, no sábado, o **Drive da Semana** indica ao leitor o que haverá de mais importante na semana que se inicia.

O **Drive** publica notícias originais e exclusivas sobre Executivo, Legislativo, Judiciário, economia, negócios, tecnologia, mídia e sociedade civil. Cada edição faz uma curadoria metódica para que o assinante tenha acesso a um material conciso e inteligente sobre os eventos relacionados ao poder e à política.

© Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução não autorizada.
Eventuais citações devem obrigatoriamente identificar a fonte das informações:
Drive, editado por Fernando Rodrigues.

GRUPO PODER360



o jornal digital sobre o
poder líder entre veículos
nativos na internet



a mais bem-informada
newsletter sobre o poder
(para assinantes)



a mais moderna empresa
de pesquisas de opinião
pública do Brasil



seminários, lives, eventos
para debates temas de
relevância nacional



programas sobre o
poder em áudio para
ouvir em qualquer lugar



a mensagem da sua
empresa, no padrão do
jornalismo do Poder360

Poder360 – www.poder360.com.br
jornal digital

aperfeiçoar a democracia ao apurar a verdade dos fatos para informar e inspirar

fale com o Poder e com o Drive:

Redação: redacao@poder360.com.br

Comercial: depto.comercial@poder360.com.br